

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE IPORÁ - UNIPORÁ

WHENYA CRISTINA SILVA PIRES

**ENTRE ALÍVIO E DEPENDÊNCIA: O CRESCENTE CONSUMO DE
PSICOFÁRMACOS E SEUS IMPACTOS NA ATUALIDADE**

IPORÁ - GOIÁS

2025

WHENYA CRISTINA SILVA PIRES

**ENTRE ALÍVIO E DEPENDÊNCIA: O CRESCENTE CONSUMO DE
PSICOFÁRMACOS E SEUS IMPACTOS NA ATUALIDADE**

Artigo apresentado à Banca Examinadora do Curso de Farmácia do Centro Universitário de Iporá - UNIPORÁ como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Farmácia.

Orientador: Prof. Ms. Kaio José Silva Maluf Franco

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Kaio José Silva Maluf Franco - UNIPORÁ

Presidente da Banca e Orientador

Prof. Esp. Geremias Lima Pereira - UNIPORÁ

Examinador(a)

Prof. Esp. Valdomiro Alves de Paula - UNIPORÁ

Examinador(a)

IPORÁ – GOIÁS

2025

ENTRE ALÍVIO E DEPENDÊNCIA: O CRESCENTE CONSUMO DE PSICOFÁRMACOS E SEUS IMPACTOS NA ATUALIDADE¹

BETWEEN RELIEF AND DEPENDENCE: THE INCREASING CONSUMPTION OF PSYCHOPHARMACOLOGICALS AND ITS IMPACTS TODAY

Whenya Cristina Silva Pires²

RESUMO

O aumento do consumo de medicamentos psicotrópicos, sobretudo antidepressivos, destaca-se como fenômeno relevante da atualidade e desafia a prática farmacêutica e as políticas de saúde pública. Este trabalho investigou, por meio de revisão integrativa e inquérito em drogarias, os fatores sociais, econômicos e clínicos que contribuem para a escalada do uso de psicotrópicos, analisando especialmente práticas de prescrição, dispensação e automedicação. Os resultados evidenciam que variáveis como precarização do trabalho, uso excessivo de redes sociais, judicialização da depressão e fragilidades regulatórias potencializam o uso irracional e prolongado desses medicamentos, com impacto direto na qualidade de vida dos usuários e com risco de eventos adversos graves, como dependência, tolerância e prejuízos cognitivos. O estudo ressalta a centralidade do farmacêutico no monitoramento, orientação e promoção do uso racional, além da necessidade de integrar abordagens clínicas e psicossociais às intervenções terapêuticas. Conclui-se que o combate ao consumo excessivo de psicotrópicos exige políticas de saúde, educação em farmácia clínica, auditoria de prescrição e programas de desprescrição aliados ao controle social e à integração multiprofissional.

Palavras-chave: Psicotrópicos. Antidepressivos. Uso racional. Automedicação. Eventos adversos.

ABSTRACT

This study addresses the growing medicalization of psychological distress and the marked rise in psychotropic use—particularly antidepressants, benzodiazepines, and atypical antipsychotics—in healthcare settings and community pharmacies. Using an integrative review and a pharmacy-based survey, it examines social, economic, digital, and clinical drivers of escalating consumption, as well as prescribing, dispensing, and self-medication practices. Findings indicate that labor precarity, intensive social media use, and regulatory and practice gaps foster irrational and prolonged use, with tangible

¹ Artigo apresentado à Banca Examinadora do Curso de Farmácia do Centro Universitário de Iporá - UNIPORÁ como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Farmácia. Orientador: Prof. Ms. Kaio José Silva Maluf Franco.

² Acadêmica do Curso de Farmácia do Centro Universitário de Iporá-UNIPORÁ, GO. Email: whenyacristina2002@gmail.com

Dedico este trabalho primeiramente a Deus!

Depois aos meus pais, Cristiane Silva de Oliveira e Wandeson Inácio Pires, dois trabalhadores incansáveis que, em baixo de muito sol, nunca mediram esforços para me ver chegar até aqui, mesmo sem terem concluído os estudos, sempre acreditaram no poder transformador da educação e fizeram tudo o que estava ao alcance para que eu pudesse trilhar este caminho. Esta conquista também é de vocês, com orgulho, vocês formam uma farmacêutica!

Dedico também ao meu marido, meu companheiro de todas as horas, que sempre acreditou em mim, me apoiou nos momentos mais difíceis e comemorou comigo cada pequena conquista. Seu amor e incentivo foram essenciais para que eu chegasse até aqui.

impacts on quality of life and risks such as dependence, tolerance, and cognitive impairment. The study underscores the pharmacist's central role in monitoring, patient counseling, and promoting rational use, and the need to integrate psychosocial approaches with pharmacotherapy. It concludes that curbing excessive psychotropic consumption requires health policies, clinical pharmacy education, prescription auditing, and deprescribing programs aligned with regulatory controls and multidisciplinary care.

Keywords: Psychotropics, Antidepressants. Rational use. Self-medication. Adverse events.

1. INTRODUÇÃO

A medicalização do sofrimento psíquico tem se intensificado na última década, com expansão do uso de psicotrópicos — especialmente antidepressivos, benzodiazepínicos e antipsicóticos atípicos — em diferentes níveis de atenção à saúde e no varejo farmacêutico, fenômeno que se tornou mais visível no pós-pandemia de COVID-19. Esse crescimento ocorre no entrecruzamento de determinantes sociais e culturais (desemprego, precarização do trabalho e ambientes laborais degradados), digitais (uso intensivo de redes sociais, comparações sociais e ecoansiedade em jovens) e clínicos (ampliação da triagem e do acesso a terapias), compondo um quadro em que a demanda por respostas rápidas tende a privilegiar intervenções farmacológicas, nem sempre acompanhadas dos devidos critérios de indicação, monitoramento e tempo de uso. No Brasil, estudos de atenção primária e tendência de mercado situam os antidepressivos entre os grupos mais prescritos, ao lado de ansiolíticos, com indícios de prescrição excessiva em alguns contextos, o que torna premente a governança terapêutica e a promoção do uso racional.

O problema que orienta este trabalho pergunta: quais fatores contribuíram para o aumento do consumo de fármacos psicotrópicos, especialmente antidepressivos, na atualidade e quais os principais efeitos adversos associados ao uso excessivo sob a perspectiva clínica e medicamentosa?. Partindo desse problema, são examinadas hipóteses que consideram: possível influência de interesses comerciais na prescrição; contribuição da dispensação sem a devida prescrição para o uso irracional; papel da pressão social por produtividade e padrões de sucesso no aumento de quadros depressivos; risco de dependência, tolerância e alterações fisiológicas pelo uso prolongado e indiscriminado de antidepressivos; e o impacto da automedicação e da orientação profissional insuficiente no consumo excessivo. Essas hipóteses são operacionalizadas na análise da literatura e cotejadas com evidências empíricas locais de demanda em drogarias, respeitando limites éticos e metodológicos do inquérito.

O objetivo geral consiste em demonstrar que o consumo excessivo de psicotrópicos tem aumentado e que o uso exagerado pode ser prejudicial à saúde física e mental, sustentando recomendações de uso racional e acompanhamento multiprofissional. Como objetivos específicos, o estudo busca: identificar os principais psicotrópicos consumidos por jovens e adultos; investigar fatores sociais, econômicos e clínicos que impulsionam o consumo de antidepressivos; analisar os efeitos adversos associados ao uso prolongado e/ou indiscriminado; avaliar implicações do uso excessivo na qualidade de vida e produtividade; e investigar a relação entre práticas de prescrição/dispensação e uso irracional. Tais objetivos alinham-se à prática farmacêutica clínica e à saúde pública, com potencial de subsidiar protocolos e ações educativas em serviços e farmácias comunitárias.

A justificativa articula dimensões científica, social e profissional: elucidando determinantes do aumento do consumo e o perfil de eventos adversos, pretende-se informar estratégias de educação em saúde, de desprescrição planejada e de otimização terapêutica, contribuindo para a proteção do paciente e a qualificação da assistência farmacêutica no SUS e na farmácia comunitária. A relevância acadêmica decorre da integração entre revisão integrativa atualizada e diagnóstico situacional de demanda em drogarias, enquanto a motivação pessoal da pesquisadora — convívio com familiares usuários de psicotrópicos e interesse em orientar farmacoterapias necessárias e benéficas — reforça o compromisso com uma análise crítica e aplicável à prática. Socialmente, o estudo busca reduzir riscos de efeitos adversos, promover uso racional e orientar políticas e serviços para equilibrar acesso, efetividade e segurança.

A estrutura do trabalho segue a lógica científica recomendada: a revisão da literatura caracteriza classes e usos terapêuticos de psicotrópicos, com ênfase em antidepressivos, ansiolíticos e antipsicóticos atípicos, destacando eficácia e perfis de risco (metabólicos, cardiovasculares, sexuais, gastrointestinais e cognitivos), além de analisar determinantes sociais e digitais da demanda e lacunas em prescrição/dispensação. A seção de materiais e métodos descreve uma revisão integrativa em bases reconhecidas e um inquérito observacional descritivo em drogarias de Iporá-GO, com critérios de inclusão, instrumento padronizado, desfechos (distribuição por classes, líderes de demanda, práticas de dispensação/orientação) e análise descritiva com reconhecimento de limitações inerentes à amostragem por conveniência. Em resultados e discussão, evidencia-se liderança de demanda para

quetiapina e sertralina no cenário local, consonante com tendências nacionais, e problematiza-se o risco de cronificação e iatrogenias quando faltam planos terapêuticos de duração definida, reavaliações periódicas e intervenções psicossociais, propondo educação em saúde, governança terapêutica e desestímulo à automedicação.

Por fim, a conclusão reafirma o aumento do consumo de psicotrópicos e os riscos do uso prolongado/indiscriminado, recomenda fortalecer critérios diagnósticos na atenção primária, qualificar a prescrição com metas funcionais e tempo definido, ampliar o papel clínico do farmacêutico na validação e no acompanhamento, garantir a aderência ao controle sanitário (Portaria SVS/MS 344/1998) e integrar estratégias não farmacológicas para reduzir a medicalização indevida. Reconhecendo limites do inquérito (amostra não probabilística, ausência de medidas diretas de conflitos de interesse e de desfechos clínicos de longo prazo), o estudo sugere pesquisas longitudinais e auditorias de prescrição/dispensação para mensurar o impacto de intervenções de desprescrição e educação em segurança do paciente e qualidade de vida. Em síntese, ao delimitar tema, problema, hipóteses, objetivos, relevância, desenho metodológico e arcabouço de análise, a introdução prepara o leitor para compreender o fenômeno do consumo excessivo de psicotrópicos e subsidiar práticas e políticas de uso racional com foco na proteção do paciente.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Caracterização clínica dos psicotrópicos e perfis de risco

O objetivo dessa seção é identificar e caracterizar as principais classes de psicotrópicos utilizadas na prática clínica, com ênfase em antidepressivos, ansiolíticos, antipsicóticos e estabilizadores de humor, destacando seus usos terapêuticos e os eventos adversos mais relevantes que impactam a adesão e a qualidade de vida dos pacientes. Em termos clínicos, antipsicóticos como clozapina, haloperidol, olanzapina, quetiapina, risperidona e ziprasidona, além de antidepressivos tricíclicos como amitriptilina, clomipramina e imipramina, compõem o arsenal terapêutico para esquizofrenia, transtorno bipolar, depressão maior e transtornos ansiosos, porém estão associados a efeitos como alterações metabólicas, complicações cardiovasculares, disfunção sexual e distúrbios gastrointestinais graves, exigindo avaliação constante da relação risco-benefício. Evidências recentes

mostram que antipsicóticos atípicos se dividem em perfis com maior risco neurológico ou metabólico, permanecendo essenciais para transtornos graves, enquanto a quetiapina se destaca pela versatilidade dose-dependente, atuando desde insônia em baixas doses até esquizofrenia e depressão bipolar/unipolar em doses médias e altas, com eficácia comparável a atípicos e superioridade em casos parcialmente responsivos, o que explica sua ampla prescrição em diversos cenários de cuidado.

Os medicamentos psicotrópicos constituem uma classe farmacológica essencial no manejo de diferentes transtornos psiquiátricos, uma vez que atuam diretamente no sistema nervoso central, promovendo melhora do humor, da cognição e do comportamento. De acordo com suas indicações terapêuticas, podem ser classificados em antidepressivos, ansiolíticos, antipsicóticos e estabilizadores de humor, abrangendo um amplo espectro de aplicações clínicas (Altuwairqi, 2024, p. 2).

Diversos fármacos, como clozapina, haloperidol, olanzapina, fenotiazinas, quetiapina, risperidona, ziprasidona, amitriptilina, clomipramina e imipramina, são amplamente utilizados no tratamento de condições psiquiátricas, entretanto, seu uso pode estar associado a importantes efeitos adversos, que comprometem a adesão terapêutica e impactam a qualidade de vida dos pacientes, entre os eventos mais relatados encontram-se alterações metabólicas, complicações cardiovasculares e disfunção sexual, além de distúrbios gastrointestinais graves, como íleo paralytico, impação fecal, obstruções e perfurações intestinais (Altuwairqi, 2024, p. 2).

No tratamento de transtornos mentais, destacam-se três classes de psicotrópicos: ansiolíticos, antidepressivos e antipsicóticos, estes últimos são frequentemente utilizados como tratamento de primeira linha para esquizofrenia, mas também podem ser indicados em condições como transtorno bipolar e formas resistentes de depressão, os antipsicóticos podem ser divididos em duas categorias principais: aqueles que apresentam maior risco de efeitos neurológicos, como tremores e rigidez, e aqueles que tendem a causar alterações metabólicas, incluindo ganho de peso e distúrbios no metabolismo de lipídios e glicose, apesar das diferenças nos efeitos colaterais, ambas as classes permanecem essenciais para o manejo clínico de distúrbios psiquiátricos graves, proporcionando melhora significativa nos sintomas e na qualidade de vida dos pacientes (Ali *et al.*, 2024, p. 2).

Sendo pertencente ao grupo dos antipsicóticos atípicos, a quetiapina tem se consolidado como uma das substâncias mais utilizadas dentro dessa classe farmacológica, em países como os Estados Unidos, ela está entre os medicamentos

mais prescritos, especialmente no manejo de transtornos psiquiátricos, já em 2008, os antipsicóticos despontaram como uma das classes terapêuticas de maior representatividade no mercado norte-americano, diante dessa ampla utilização e do impacto clínico que exerce, a quetiapina torna-se objeto de interesse para análises que busquem aprofundar sua compreensão (Caixeta *et al.*, 2023, p. 5).

A quetiapina teve sua indicação inicial voltada ao tratamento de episódios depressivos no transtorno bipolar, na sequência, seu uso foi estendido para a terapia de continuidade da doença, atuando como monoterapia ou em associação ao lítio e ao divalproato, com aplicação terapêutica estendida aos episódios maníacos e hipomaníacos no contexto do transtorno bipolar tipo I, também apresenta eficácia comprovada no tratamento da esquizofrenia em diferentes faixas etárias, estudos clínicos controlados demonstraram ainda sua utilidade como adjuvante no manejo do transtorno depressivo maior, reforçando seu papel terapêutico tanto em quadros depressivos unipolares quanto bipolares, essa versatilidade confere à quetiapina importância significativa em cenários clínicos variados, inclusive na prática da atenção primária, em contextos nos quais os médicos carecem de conhecimento psicopatológico adequado para distinguir entre depressão bipolar e depressão unipolar (Caixeta *et al.*, 2023, p. 6-7).

A quetiapina é considerada uma das substâncias mais empregadas e consolidadas na prática psiquiátrica, devido à sua versatilidade terapêutica, seu amplo espectro de ação permite que seja utilizada em diferentes contextos clínicos, funcionando praticamente como múltiplos fármacos em uma única molécula, dependendo da dose administrada, em concentrações mais baixas, é frequentemente prescrita para o gerenciamento da insônia, em doses intermediárias, atua no tratamento de transtornos de humor e em níveis mais elevados, possui indicações aprovadas para o tratamento da esquizofrenia e de outras psicoses (Caixeta *et al.*, 2023, p. 8).

Estudos pré-clínicos mostram que a quetiapina pertence ao grupo dos antipsicóticos atípicos e compartilha propriedades semelhantes às da clozapina, ensaios clínicos e análises comparativas com pessoas portadoras de esquizofrenia evidenciam que a quetiapina proporciona efeitos duradouros nos sintomas positivos e negativos, assim como melhorias em funções cognitivas e emocionais, comparações com antipsicóticos tradicionais, como haloperidol e clorpromazina, demonstraram que a quetiapina apresenta eficácia equivalente, com taxas de resposta comparáveis às

observadas com outros antipsicóticos atípicos. Ademais, foi observada superioridade da quetiapina em pacientes parcialmente responsivos ao tratamento, grupo conhecido por apresentar maior dificuldade terapêutica (Caixeta *et al.*, 2023, p. 10).

Ao que diz respeito aos efeitos adversos dos psicotrópicos em geral são descritos problemas oftalmológicos significativos, incluindo perda parcial da visão e, em casos mais graves, cegueira, relacionados principalmente ao uso de antipsicóticos e antidepressivos, esses efeitos reforçam a necessidade de monitoramento clínico contínuo, visando à detecção precoce de complicações e à adoção de estratégias que minimizem riscos (Altuwairqi, 2024, p. 2).

Em síntese, os psicotrópicos são ferramentas indispensáveis, mas seu uso demanda individualização terapêutica e acompanhamento multiprofissional diante de um perfil de eventos adversos que inclui efeitos metabólicos, cardiovasculares, sexuais, cognitivos e gastrointestinais clinicamente relevantes. A quetiapina emerge como fármaco de alta prevalência e amplitude terapêutica, com evidência consistente de eficácia em sintomas positivos, negativos e domínios cognitivo-emocionais, ao custo de riscos que variam conforme dose e perfil do paciente, reforçando a necessidade de monitoramento e educação em saúde para maximizar benefícios e mitigar danos. Em síntese, a caracterização por classes e perfis de risco permite alinhar prescrição, dispensação e seguimento clínico ao uso racional, sustentando decisões que equilibram efetividade e segurança em contextos de crescente demanda por tratamento em saúde mental.

2.2 Fatores sociais e econômicos no aumento do consumo de psicotrópicos

O objetivo dessa seção é examinar como determinantes sociais, econômicos e clínicos impulsionam o aumento do consumo de antidepressivos, articulando evidências sobre desemprego, precarização e ambientes laborais degradados, efeitos do uso intensivo de tecnologias digitais e redes sociais, além de tendências de prescrição e acesso no sistema de saúde, para sustentar a necessidade de estratégias integradas de prevenção, cuidado e uso racional desses fármacos..

Diante da alta prevalência da depressão, é importante destacar que fatores externos, sobretudo os de ordem socioeconômica, influenciam diretamente no agravamento e na manutenção dos quadros depressivos, em períodos de crise econômica, por exemplo, o aumento do desemprego, a pobreza e a desigualdade social intensificam os riscos de desenvolvimento de transtornos mentais, como a

depressão, além de potencializar condições associadas, como alcoolismo e suicídio (Salgueiro *et al.* 2013, p. 2).

O desemprego está fortemente relacionado ao comprometimento da saúde mental. Pessoas sem trabalho, aquelas que permanecem fora do mercado de trabalho por muito tempo tendem a apresentar maiores níveis de sofrimento emocional, sintomas psicológicos e até comportamentos autodestrutivos quando comparadas às que estão empregadas, apesar disso, ainda há incertezas sobre o quanto essa associação é realmente de causa e efeito. A ausência de vínculo empregatício pode impactar negativamente a saúde mental, seja pelo estresse associado à perda de renda, seja pela redução do convívio social e a falta de propósito e rotina que o trabalho normalmente proporciona, à medida que o tempo de desemprego se prolonga, os efeitos negativos tornam-se mais intensos, resultando em consequências mais significativas para a saúde mental, por outro lado, indivíduos que já enfrentam transtornos mentais podem ter mais dificuldade em conseguir ou manter um emprego, o que contribui para períodos mais longos de inatividade, assim, a relação entre desemprego e sofrimento psíquico é bidirecional e complexa ambos os fatores se influenciam mutuamente, formando um ciclo difícil de romper (Junna *et al.*, 2022, p. 1459).

Ambientes laborais instáveis e degradados configuram fator de risco relevante para o adoecimento, sobretudo no campo da saúde mental, constituindo problema de Saúde Pública. Nesses contextos, torna-se mais provável o surgimento de sofrimento psíquico e de transtornos mentais comuns, definidos por manifestações como irritabilidade, insônia, fadiga, lapsos de memória, dificuldade de concentração e queixas somáticas, conforme a conceituação clássica de Goldberg e Huxley. Tais sintomas expressam desorganização do funcionamento emocional e cognitivo, com prejuízos nas esferas familiar, social, pessoal, laboral e acadêmica, reduzindo a autocrítica, a tolerância aos problemas e a capacidade de experimentar prazer nas atividades cotidianas (Abuquerque & Araújo, 2018, p. 20).

A OMS destaca que há prevalência elevada e crescente de TMCs entre trabalhadores do sistema prisional, o que exige detecção precoce e intervenções oportunas para mitigar danos à saúde mental. Em consonância, o Relatório Final da III Conferência Nacional de Saúde Mental aponta que ambientes e condições laborais inadequadas têm reconfigurado o perfil de adoecimento, com aumento de doenças relacionadas ao trabalho e de TMCs na população adulta. Nesse contexto, a forma

como o trabalho é estruturado e executado influencia diretamente a saúde mental, reforçando a necessidade de políticas que garantam ambientes laborais mais saudáveis, justos e humanizados para todas as categorias, especialmente segurança pública e sistema prisional (Abuquerque & Araújo, 2018, p. 20).

O uso intenso e precoce de dispositivos digitais pelos jovens vem alterando a forma como interagem com o mundo, contribuindo para o aumento de sentimentos de solidão, frustração social e baixa autoestima, paralelamente, a crescente preocupação com os impactos ambientais tem levado muitos adolescentes a desenvolver uma ansiedade específica relacionada ao futuro do planeta, conhecida como eco-ansiedade, apesar da relevância desses fatores, existe uma escassez de estudos nacionais que explorem como essas influências se combinam para afetar a saúde mental, além disso, experiências recentes, como a pandemia de COVID-19, parecem ter intensificado essas vulnerabilidades, reforçando a necessidade de análises que considerem diferenças de gênero e faixa etária e que possam embasar políticas e intervenções mais eficazes (Fond *et al.*, 2025, p. 2).

As redes sociais digitais vêm se destacando como possíveis influenciadoras da saúde mental, devido à sua capacidade de gerar comportamentos compulsivos e estimular comparações sociais constantes, o uso frequente dessas plataformas está associado à diminuição do bem-estar e da satisfação pessoal, podendo favorecer o surgimento de ansiedade, depressão, insegurança quanto à própria imagem e dificuldades emocionais, além de gerar impactos no sono e na forma como o indivíduo percebe seu corpo, a constante exposição a vidas idealizadas e cuidadosamente editadas de outros usuários pode gerar sentimentos de insegurança e desvalorização, criando um terreno fértil para o surgimento de sintomas depressivos, o contato com práticas de assédio online, especialmente o cyberbullying, reforça os impactos emocionais negativos dessas vivências, assim, a pressão por manter uma imagem atraente e bem-sucedida online, juntamente com o receio de perder interações e seguidores, contribui para o aumento da preocupação excessiva, medo irracional e pensamentos intrusivos, reforçando os transtornos de ansiedade entre os usuários das redes sociais (Rosa *et al.*, 2025, p. 172-173).

Estudos recentes evidenciam que a utilização excessiva das redes sociais pode influenciar de forma prejudicial a saúde mental, sobretudo em grupos mais suscetíveis, como adolescentes, jovens adultos e idosos, os impactos mais frequentes incluem elevação do estresse, sentimento de isolamento, episódios depressivos e

maior intensidade de transtornos de ansiedade, quando o sistema nervoso central é constantemente exposto a conteúdos e sinais digitais, podem surgir sintomas de estresse, como dificuldades de concentração, fadiga, irritabilidade e distúrbios do sono, o contato constante pelas plataformas digitais, ao substituir as interações presenciais com amigos, familiares e a comunidade, pode acabar provocando um isolamento social real, gerando sentimentos de solidão, tristeza e afetando a autoestima, o comportamento viciante em redes sociais pode impactar negativamente o desempenho acadêmico ou profissional e enfraquecer os vínculos sociais (Rosa *et al.*, 2025, p. 178-179; 181-182).

Apesar dos benefícios indiscutíveis do uso de psicofármacos como estratégia terapêutica, a popularização desses medicamentos trouxe à tona questionamentos sobre o fundamento clínico para a prescrição, em diversos casos, os psicofármacos não são direcionados a transtornos mentais específicos, e há situações em que até mesmo o profissional prescritor encontra dificuldade em justificar claramente o motivo de sua utilização para determinados pacientes (Borges *et al.*, 2015, p. 345).

Estudos atuais apontam, uma expansão expressiva no uso de psicofármacos no Brasil, conforme apontam os dados da pesquisa nacional sobre acesso, utilização e promoção do uso racional de medicamentos (PNAUM), entre os 20 grupos de medicamentos mais prescritos na atenção primária, destacam-se os antidepressivos (como fluoxetina), antiepiléticos e ansiolíticos (como clonazepam), posicionando-se logo atrás de classes amplamente utilizadas, como anti-inflamatórios não esteroidais, anti-hipertensivos e antidiabéticos, o aumento do consumo de psicofármacos pode ser explicado por diversos fatores, incluindo a elevação nos diagnósticos de transtornos psiquiátricos, a chegada de novos medicamentos ao mercado e a ampliação das indicações terapêuticas de fármacos já disponíveis., apesar disso, estudos indicam que, em determinadas situações, esses medicamentos são prescritos de forma excessiva, sobretudo em casos de depressão, transtorno bipolar e transtorno de hiperatividade, frente a esse cenário, é fundamental implementar estratégias que promovam o uso consciente dos psicotrópicos, estimulando comportamentos adequados e prevenindo prescrições inadequadas (Oliveira, *et al.*, 2021, p. 2).

Em síntese, as crises econômicas e desemprego prolongado agravam sofrimento psíquico e elevam risco de depressão, numa relação bidirecional que reforça ciclos de adoecimento e maior demanda por psicofármacos. Ambientes de trabalho instáveis, especialmente em setores de segurança e sistema prisional,

associam-se a transtornos mentais comuns, ampliando a procura por tratamento medicamentoso. Entre jovens, o uso excessivo de redes sociais e a eco-ansiedade relacionam-se a ansiedade, sintomas depressivos, insônia e isolamento, sugerindo uma pressão adicional sobre prescrições de antidepressivos. No Brasil, dados em atenção primária e de mercado apontam expansão relevante do uso de psicofármacos, com destaque para antidepressivos entre os mais prescritos, ao lado de relatos de prescrição excessiva em determinados contextos, o que reforça a urgência de políticas de uso racional e educação em saúde. Em síntese, a depressão emerge como fenômeno multifatorial, cuja alta prevalência, somada a vulnerabilidades socioeconômicas e digitais, demanda intervenções integradas que combinem proteção social, ambientes de trabalho saudáveis, cuidado psicológico acessível e governança terapêutica para evitar medicalização indevida.

2.3 Efeitos adversos e segurança no uso prolongado de psicotrópicos

O objetivo dessa seção é analisar os principais efeitos adversos associados ao uso prolongado e/ou indiscriminado de psicotrópicos, com ênfase em benzodiazepínicos e antidepressivos, discutindo mecanismos de tolerância e dependência, prejuízos cognitivos e motores, riscos cardiovasculares e neurológicos, além de como a automedicação e práticas de prescrição/dispensação fragilizadas amplificam tais danos, reforçando a centralidade do uso racional e do acompanhamento multiprofissional contínuo.

O consumo indiscriminado de psicotrópicos na atualidade é resultado de diferentes fatores, como a prática da automedicação, a forte influência da indústria farmacêutica e o aumento da longevidade da população. No caso dos benzodiazepínicos, em especial, o uso prolongado e sem acompanhamento adequado pode levar ao desenvolvimento de tolerância, dependência e a uma série de reações adversas. Além de comprometer a saúde mental, a utilização contínua desses fármacos está associada ao surgimento de doenças crônicas, incluindo problemas cardiovasculares, inflamações articulares, entre outras (Dias *et al.*, 2023, p. 17893).

Os benzodiazepínicos e fármacos semelhantes ocupam posição de destaque entre os psicotrópicos mais consumidos no mundo, sendo amplamente empregados no controle da ansiedade e na indução do sono, desde sua introdução na prática clínica, na década de 1960, esses fármacos foram amplamente adotados por

apresentarem efeitos ansiolíticos e sedativos eficazes, no entanto, com o passar dos anos, surgiram preocupações quanto ao seu potencial de causar dependência física e psicológica, levando a debates sobre o uso racional desses medicamentos, durante as décadas seguintes, diversos estudos e campanhas de conscientização alertaram para os riscos associados ao uso contínuo dos benzodiazepínicos, as orientações clínicas atuais recomendam que o uso desses medicamentos seja restrito a curto prazo normalmente por não mais de um a quatro meses, uma vez que o consumo prolongado pode levar ao desenvolvimento de tolerância, sintomas de abstinência e comprometimentos cognitivos, a exposição crônica a esses fármacos tem sido associada a efeitos adversos importantes, como comprometimento da coordenação motora, redução da memória e da atenção, além de maior vulnerabilidade a quedas e acidentes, especialmente em idosos, pesquisas mais recentes também apontam uma possível correlação entre o uso prolongado de benzodiazepínicos e o aumento do risco de doenças neurológicas graves, incluindo Alzheimer e acidente vascular cerebral, diante desse cenário, a prescrição de BZDs deve ser criteriosa, priorizando-se alternativas terapêuticas não farmacológicas e o acompanhamento contínuo dos pacientes, a fim de prevenir o uso indevido e os danos associados à dependência e à cronificação do tratamento (Kurko *et al.*, 2015).

O uso crescente de antidepressivos tem despertado debates relevantes acerca de seus impactos a longo prazo sobre a qualidade de vida dos pacientes. Apesar de serem amplamente prescritos no manejo de transtornos depressivos e ansiosos, ainda existem lacunas quanto ao real efeito do tratamento prolongado, tanto no âmbito físico quanto psicológico. Evidências disponíveis indicam que, embora esses medicamentos sejam eficazes na redução dos sintomas depressivos, também podem ocasionar reações adversas que interferem no bem-estar dos usuários. Entre as principais manifestações indesejadas relatadas estão alterações no peso corporal e no apetite, distúrbios do sono, disfunções sexuais, prejuízos cognitivos e, em alguns casos, a possibilidade de desenvolvimento de dependência. Soma-se a isso a discussão sobre a limitação dos antidepressivos em atuar na raiz do transtorno, uma vez que, muitas vezes, proporcionam alívio sintomático sem necessariamente modificar os fatores desencadeadores da condição (Duarte, 2024, p. 1424).

Nesse sentido, um ponto crucial para a eficácia da farmacoterapia é a prática do uso racional de medicamentos, que requer a prescrição adequada, a correta dispensação e o uso conforme orientação médica, respeitando-se a posologia e a

duração do tratamento, no entanto, o cenário atual revela que o uso irracional ou inadequado de fármacos constitui um dos principais fatores que comprometem os resultados terapêuticos, estima-se que mais da metade dos medicamentos sejam prescritos, dispensados ou utilizados de forma incorreta, além disso, destaca-se o hábito da automedicação, intensamente presente no contexto cultural brasileiro, caracterizada pela utilização de fármacos sem prescrição ou orientação de um profissional de saúde (Gomes *et al.*, 2023, p. 2713).

Tradicionalmente, os medicamentos utilizados de forma mais abusiva são os isentos de prescrição médica (MIPs), disponíveis livremente no comércio (Gomes *et al.*, 2023, p. 2713).

Na atualidade, observa-se um crescimento cada vez mais evidente do consumo de medicamentos psicotrópicos, reflexo do aumento expressivo de diagnósticos relacionados a transtornos como ansiedade e depressão, sobretudo na fase da adolescência, esses fármacos, ao atuarem diretamente sobre o sistema nervoso central, tornaram-se ferramentas indispensáveis no tratamento de quadros que envolvem alterações emocionais e desequilíbrios comportamentais (Gomes *et al.*, 2023, p. 2713).

O período da pandemia de COVID-19, iniciado em 2020, representou um marco de grande impacto para a saúde psicológica da população mundial, o distanciamento social, as mudanças abruptas na rotina e a insegurança diante da crise favoreceram o surgimento de emoções negativas duradouras, ainda hoje, mesmo com o controle da situação sanitária, muitos indivíduos relatam quadros de ansiedade, sentimentos de isolamento, medo e agitação emocional, esses efeitos foram especialmente notáveis entre adolescentes e jovens adultos, faixa etária que passou a apresentar índices mais elevados de depressão e transtornos ansiosos. Como consequência, verificou-se um crescimento expressivo na busca por tratamento farmacológico, com destaque para os antidepressivos, que se tornaram centrais na abordagem terapêutica desses problemas (Gomes *et al.*, 2023, p. 2713-2714).

Em síntese, os benzodiazepínicos mantêm ampla utilização, porém o uso crônico eleva risco de tolerância, dependência, síndrome de abstinência, déficits de memória e atenção, maior propensão a quedas e acidentes, e possíveis associações com Alzheimer e AVC, recomendando-se uso de curto prazo e reavaliações periódicas estritas. Em antidepressivos, apesar da eficácia sintomática, observam-se efeitos relevantes sobre peso/apetite, sono, função sexual e cognição, com debate sobre

benefícios a longo prazo quando fatores desencadeadores persistem sem intervenção psicossocial concomitante. O cenário de automedicação e de prescrições nem sempre bem justificadas agrava eventos adversos e cronificação do tratamento, sobretudo em contextos de ansiedade e depressão pós-pandemia, apontando para protocolos de desprescrição, educação em saúde e alternativas não farmacológicas como eixos prioritários de cuidado seguro. Em síntese, o manejo de psicotrópicos requer delimitação temporal, monitoramento de efeitos e integração de estratégias terapêuticas não medicamentosas para maximizar benefícios clínicos e reduzir iatrogenias associadas ao uso prolongado.

2.4 Impactos do uso excessivo de psicotrópicos na qualidade de vida e produtividade

O objetivo dessa seção é examinar a relação entre práticas de prescrição e dispensação e o uso irracional de psicotrópicos, destacando o papel técnico do farmacêutico na orientação ao paciente, na prevenção da automedicação e no cumprimento da legislação sanitária aplicável, com foco em como protocolos, capacitação e governança clínica podem reduzir riscos e promover o uso racional desses medicamentos.

A atuação do farmacêutico é indispensável para a promoção do uso racional de medicamentos, esse profissional, por sua formação abrangente, está apto a contribuir em diferentes contextos, como farmácias, hospitais, laboratórios de análises clínicas, indústrias farmacêuticas e até mesmo na área de pesquisa, entre suas atribuições, destaca-se a responsabilidade de orientar a população sobre como utilizar corretamente os fármacos, além de garantir que sua dispensação ocorra de forma adequada, o exercício dessa função deve estar sempre sustentado por princípios éticos e pela autonomia técnica, assegurando a proteção da saúde e o bem-estar dos pacientes (Hora, 2023, p. 279).

Dentro das equipes de saúde, o farmacêutico tem atuação decisiva na promoção do uso racional de medicamentos e na educação da população sobre seus riscos, uma das práticas que ele busca inibir é a automedicação, bastante frequente no cotidiano das pessoas e caracterizada pelo consumo de fármacos sem orientação adequada, embora muitos recorram a esse hábito como forma rápida de aliviar desconfortos, trata-se de uma conduta perigosa, capaz de gerar consequências graves para o organismo e, em casos extremos, levar ao óbito, entretanto muitas

peessoas guardam medicamentos em casa após tratamentos anteriores, sem considerar as condições ideais de conservação, os horários de uso ou a dosagem correta (Hora, 2023, p. 279).

Esse hábito, aparentemente inofensivo, pode provocar efeitos adversos inesperados, aumentar a probabilidade de interações entre fármacos e comprometer a segurança do paciente. Por isso, a conscientização sobre o armazenamento adequado e a orientação profissional são fundamentais para reduzir os riscos associados ao uso inadequado de remédios.

Embora os medicamentos psicotrópicos sejam fundamentais para o tratamento de transtornos mentais, observa-se que, em alguns casos, sua prescrição ocorre de maneira excessiva, esse cenário evidencia a importância de um acompanhamento criterioso durante a prescrição e a dispensação desses fármacos, a legislação brasileira, por meio da portaria 344/98 da Anvisa, estabelece que esses medicamentos devem ser fornecidos exclusivamente por receituários de controle especial, garantindo o uso seguro, responsável e ético desses recursos terapêuticos (Costa & Oliveira, 2017, p. 28).

Dessa forma, reforça-se a importância do papel do farmacêutico na orientação adequada, na promoção do uso racional de medicamentos e na prevenção de riscos associados à automedicação e à prescrição inadequada de psicotrópicos, contribuindo de maneira significativa para a segurança e a saúde da população.

O clínico geral desempenha papel estratégico na identificação e manejo de questões relacionadas à saúde mental, atuando tanto em contextos nacionais quanto internacionais, muitos pacientes expressam suas dificuldades por meio de sintomas físicos, o que pode mascarar transtornos mentais e dificultar seu diagnóstico, essa situação se torna ainda mais delicada quando o profissional não possui formação específica em saúde mental, aumentando o risco de prescrição inadequada de medicamentos psicotrópicos de controle especial, por isso, é fundamental investir em capacitação contínua e em métodos de avaliação que considerem sinais psicológicos menos evidentes, garantindo um cuidado mais seguro e eficaz (Costa & Oliveira, 2017, p. 31).

Em síntese, a orientação farmacêutica contínua é decisiva para mitigar automedicação, interações e armazenamento inadequado, reduzindo eventos adversos e melhorando a segurança do paciente. Persistem evidências de prescrição

excessiva de psicotrópicos em determinados contextos, reforçando a necessidade de critérios diagnósticos mais rigorosos, educação permanente de clínicos gerais e integração multiprofissional na atenção primária. O marco regulatório brasileiro é a Portaria SVS/MS 344/1998 e receituário de controle especial que estabelece barreiras importantes para o controle e a rastreabilidade, mas sua efetividade depende da adesão de prescritores e dispensadores e da atuação proativa do farmacêutico na triagem e aconselhamento (Brasil, 1988). Em síntese, o eixo prescrição–dispensação exige fortalecimento de práticas baseadas em evidências, educação em saúde e desestímulo à automedicação, com o farmacêutico em posição estratégica para consolidar o uso racional e a proteção do paciente.

3. MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa adotou delineamento misto, com duas frentes complementares: uma revisão integrativa da literatura sobre o consumo de psicotrópicos e seus efeitos adversos, e um inquérito observacional de caráter descritivo-analítico, realizado em drogarias de Iporá-GO, para mapear padrões locais de aquisição de psicotrópicos, com ênfase em antidepressivos, assegurando a reprodutibilidade por meio de critérios, instrumentos e procedimentos predefinidos.

Na revisão integrativa, foram incluídos estudos publicados nos últimos dez anos, com exceções para clássicos e documentos normativos, em português e em inglês, que abordaram a prevalência e temporalidade do uso de psicotrópicos, os fatores sociais e clínicos associados ao aumento do consumo e os efeitos adversos decorrentes do uso prolongado ou indiscriminado. As buscas foram realizadas nas bases SciELO, PubMed/MEDLINE e em periódicos indexados nas áreas de Farmácia e Saúde Pública, utilizando descritores DeCS/MeSH que combinaram termos como “psicofármacos”, “antidepressivos”, “uso racional”, “efeitos adversos”, “benzodiazepínicos”, “prescrição” e “dispensação”. Os registros contemplaram a estratégia de busca, a triagem por títulos e resumos, a leitura na íntegra, a extração de dados em planilha padronizada contendo o tipo de estudo, população, fármacos, desfechos e achados principais, e a síntese temática por eixos, organizada conforme classes farmacológicas e indicações, determinantes sociais e econômicos, perfil de eventos adversos e práticas de prescrição e dispensação, respeitando as orientações de redação técnica e as normas de citação da ABNT constantes no guia institucional.

Na pesquisa de campo, o cenário compreendeu drogarias do município de Iporá-GO, com coleta censitária não probabilística por conveniência de estabelecimentos acessíveis no mês de setembro de 2025, mediante autorização formal das unidades. O informante-chave foi o profissional de balcão ou farmacêutico, e a unidade de análise correspondeu ao medicamento psicotrópico mais demandado no mês de referência, classificado por nome genérico ou comercial, classe terapêutica e indicação principal, em conformidade com a Portaria SVS/MS 344/1998 quanto ao controle especial, a fim de diferenciar itens de venda sob receituário B/A e potenciais situações de risco para uso irracional. Foram incluídas drogarias com farmacêutico responsável durante o horário de funcionamento e registros mínimos de vendas mensais de psicotrópicos; e foram excluídas unidades sem condições de informar a frequência relativa por item, estabelecimentos exclusivamente de manipulação sem dados segregados de psicotrópicos controlados e respostas com inconsistências internas. O instrumento de coleta consistiu em questionário estruturado e breve, contendo: três psicotrópicos mais vendidos no mês anterior, estimativa percentual por item (ou ranking), classe e indicação mais frequente reportada pelos clientes, procedimentos de exigência de receita e orientações fornecidas na dispensação, além de observações sobre automedicação percebida e devoluções por efeitos adversos, com aplicação presencial e registro em planilha eletrônica padronizada. Os desfechos principais foram a distribuição percentual dos psicotrópicos citados por classe (antidepressivos, antipsicóticos atípicos e benzodiazepínicos), a identificação dos líderes de demanda (ex.: quetiapina, sertralina, risperidona) e a descrição de práticas de dispensação e orientação, permitindo comparação com tendências descritas na literatura e com a normativa vigente. Como desfechos secundários, foram sumarizados os relatos de efeitos adversos percebidos na rotina de balcão e as situações de tentativa de compra sem prescrição, com vistas a compor evidências para o eixo de uso racional.

A análise estatística contemplou estatística descritiva (proporções, médias e intervalos) para as frequências de venda e variáveis categóricas do questionário, com apresentação em texto e tabelas, segundo o Sistema Internacional de Unidades. A síntese da revisão integrativa seguiu uma abordagem narrativa estruturada por categorias analíticas, alinhada aos objetivos específicos.

Quanto aos aspectos éticos, o inquérito em drogarias utilizou dados agregados de demanda, sem identificação de clientes, resguardando a confidencialidade dos

estabelecimentos e dos informantes. Foi solicitada a anuência dos responsáveis técnicos e, por envolver relatos profissionais e não dados pessoais sensíveis, justificou-se o baixo risco. A revisão integrativa dispensou aprovação ética por não envolver seres humanos diretamente, conforme orientações acadêmicas locais. Todo o processo observou os princípios éticos, a autonomia técnica do farmacêutico e a legislação sanitária aplicável ao controle e à dispensação de psicotrópicos.

Os procedimentos operacionais incluíram ensaio prévio da pesquisadora aplicadora, teste piloto do instrumento em uma drogaria para ajustes, cronograma de coleta de até duas semanas, dupla checagem e padronização dos nomes dos fármacos segundo a DCB/DCI, categorização por classe terapêutica e indicação, além da organização dos resultados para posterior discussão à luz das evidências sobre o aumento do consumo, os determinantes socioeconômicos e o perfil de eventos adversos, conforme a estrutura orientada.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A depressão é um transtorno mental de diagnóstico complexo, que vai muito além de um simples estado de tristeza, trata-se de uma condição patológica caracterizada por manifestações emocionais intensas e persistentes, capazes de comprometer o funcionamento social, profissional e familiar do indivíduo, demandando, na maioria dos casos, acompanhamento médico e tratamento farmacológico, estima-se que sua prevalência alcance cerca de 14% da população mundial, enquanto no Brasil esse índice sobe para 18,4%, colocando o país entre os que apresentam os maiores números globalmente (Cabral *et al.*, 2020, p.3).

Trata-se de um transtorno que afeta uma parcela significativa da população mundial, atingindo cerca de 4% das pessoas, entre os adultos, a prevalência chega a 5,7%, sendo mais frequente em mulheres (6,9%) do que em homens (4,6%), estima-se que aproximadamente 332 milhões de indivíduos em todo o mundo convivam com essa condição, que também atinge cerca de 5,9% das pessoas com mais de 70 anos, o quadro depressivo apresenta maior ocorrência no público feminino, inclusive entre gestantes e mulheres no pós-parto, grupo em que mais de 10% enfrentam sintomas, em 2021, o impacto da depressão foi evidenciado pelo número de 727 mil mortes por suicídio, considerado a terceira principal causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos (WHO, 2025).

A pandemia de COVID-19 intensificou os níveis de sofrimento emocional na população, tornando ainda mais evidente a necessidade de fortalecer a atenção primária em saúde mental, por meio de investimentos em treinamento de profissionais e cuidado com a saúde mental desses trabalhadores, no Brasil, que foi fortemente impactado pela pandemia em termos de óbitos, observou-se um aumento nos sintomas de ansiedade e depressão, além de uma queda significativa na qualidade de vida, transtornos mentais, especialmente depressão e ansiedade, já acarretavam antes da pandemia uma grande perda de anos de vida saudável devido às restrições impostas por essas doenças no Brasil, totalizando 4,9 milhões, ou 18,8% do total nacional, entre eles, os transtornos de ansiedade e depressão respondem por quase um terço da carga não fatal de doenças, realidade frequente em países de baixa e média renda, no país, a prevalência de transtornos mentais comuns varia de 17% a 50%, afetando especialmente mulheres, idosos, pessoas socialmente isoladas ou em situação de vulnerabilidade e aqueles com doenças crônicas, nas unidades de atenção primária do SUS, onde esses casos devem ser acompanhados, os índices podem alcançar até 60% da população atendida, refletindo as condições de vulnerabilidade social desses pacientes (Teixeira *et al.*, 2024, p. 2).

No Brasil, observa-se uma tendência de crescimento na comercialização de fármacos destinados ao tratamento de transtornos depressivos e de humor, entre 2022 e 2023, a quantidade de unidades vendidas de antidepressivos e estabilizadores de humor aumentou cerca de 11%, com alguns estados registrando elevação superior a 15%, entre todas as unidades federativas, a Paraíba destacou-se por apresentar o maior índice de vendas, equivalente a 17% do total apurado, segundo dados do Conselho Federal de Farmácia, com base em informações da consultoria IQVIA (CFF, 2024).

Segundo estimativas globais, os transtornos mentais configuram um importante desafio à saúde pública, antes da pandemia de Covid-19, cerca de 190 milhões de pessoas no mundo já eram diagnosticadas com depressão, em 2020, os transtornos de ansiedade afetaram aproximadamente 298 milhões de indivíduos, durante o período pandêmico, houve um aumento significativo, com 246 milhões de pessoas experimentando crises depressivas recorrentes e 374 milhões recebendo diagnóstico de ansiedade, dessa forma, estima-se que uma em cada oito pessoas em escala global apresenta algum tipo de transtorno mental (Equipe Afya, 2023).

No mês de setembro de 2025, na cidade de Iporá- GO, foi realizada uma pesquisa em cinco drogarias locais, com o objetivo de identificar os psicotrópicos mais frequentemente adquiridos pela população, a amostra foi composta pelas informações fornecidas pelos balconistas, que relataram os medicamentos mais procurados pelos clientes durante o período, os dados coletados foram quantificados a partir da frequência de vendas mensais de cada medicamento, a análise revelou que, entre os fármacos citados, quetiapina, sertralina e risperidona, a quetiapina apresentou a maior prevalência de consumo, correspondendo a 45% das vendas registradas, em seguida, a sertralina ocupou o segundo lugar, com 35%, e a risperidona apareceu em terceiro, com 20%.

Nome do medicamento	Classe terapêutica	Indicação principal	Percentual de vendas
Quetiapina	Antipsicótico atípico	Tratamento da esquizofrenia, transtorno bipolar e episódios depressivos.	45%
Sertralina	Antidepressivo (ISRS - Inibidor seletivo da recaptção de serotonina)	Tratamento da depressão, transtornos de ansiedade e transtorno obsessivo-compulsivo (TOC).	35%
Risperidona	Antipsicótico atípico	Tratamento da esquizofrenia e do transtorno afetivo bipolar.	20%

Fonte: Dados da pesquisa (Iporá-GO, setembro de 2025).

Esses resultados indicam uma predominância no uso de antipsicóticos e antidepressivos na região, reforçando a importância da atuação do farmacêutico na orientação adequada dos pacientes e na promoção do uso racional desses medicamentos.

A Hipótese 1 da pesquisa considerou que a prescrição excessiva de antidepressivos pode estar relacionada a interesses comerciais entre médicos, farmácias e indústrias farmacêuticas. Os dados nacionais mostram expansão de

mercado de psicotrópicos entre 2022–2023, com aumento de 11% nas unidades vendidas de antidepressivos e estabilizadores do humor e picos acima de 15% em alguns estados, o que sinaliza forte dinâmica comercial e de oferta, embora não comprove, por si só, conflito de interesse na ponta prescritiva. A literatura revisada registra relatos de popularização e, em contextos específicos, de prescrição acima do necessário, bem como de ampliação de indicações terapêuticas, mas esses achados são compatíveis tanto com maior demanda em saúde mental quanto com estratégias de mercado, exigindo cautela para não atribuir causalidade sem dados diretos sobre vínculos financeiros e incentivos. No inquérito local, a alta demanda por quetiapina (45%) e sertralina (35%) pode refletir tanto necessidades clínicas quanto usos ampliados (ex.: quetiapina em baixas doses para insônia), reforçando a necessidade de governança terapêutica e auditoria clínica, mas o desenho do estudo não captou informações sobre relações comerciais, impedindo confirmar esta hipótese; status: não sustentada pelos dados primários, plausível na literatura, porém inconclusiva no presente estudo.

A Hipótese 2 da pesquisa considerou que a dispensação de psicotrópicos sem prescrição contribui para o consumo irracional. A legislação brasileira (Portaria SVS/MS 344/1998) exige controle especial e receituário específico para várias classes de psicotrópicos, posicionando a dispensação como barreira de segurança essencial ao uso racional. A revisão indica que a automedicação é prática culturalmente arraigada e que fragilidades na prescrição/dispensação ampliam riscos de eventos adversos e cronificação de tratamentos sem necessidade, o que sustenta a importância do farmacêutico na triagem e orientação para coibir vendas e usos indevidos. Embora o inquérito local tenha mapeado a frequência relativa de venda por item, não aferiu, de forma documentada, a ocorrência de dispensação sem receita, de modo que a hipótese permanece sustentada do ponto de vista conceitual e regulatório, porém sem comprovação observacional direta nesta amostra; status: parcialmente sustentada (fundamentação normativa e evidências gerais), inconclusiva no dado primário local.

A Hipótese 3 da pesquisa considerou que a pressão social por produtividade e padrões de sucesso influencia o aumento de quadros depressivos e, conseqüentemente, o uso de antidepressivos. Determinantes sociais associados ao sofrimento psíquico—desemprego, precarização laboral, ambientes de trabalho degradados—relacionam-se a maior prevalência de TMCs e depressão, reforçando a

demanda por cuidado, inclusive farmacológico, em ciclos bidirecionais de adoecimento e exclusão. Entre jovens, uso intensivo de redes sociais e ecoansiedade se associam a sintomas ansiosos e depressivos, insônia e isolamento, o que plausivelmente pressiona prescrições de antidepressivos na ausência de oferta suficiente de intervenções psicossociais, especialmente em cenários pós-pandemia de piora do bem-estar. À luz desses achados, a hipótese é coerente com as evidências revisadas e com a expansão de consumo no período recente, ainda que o desenho local não tenha medido diretamente os fatores psicossociais; status: sustentada pela literatura e consistente com as tendências de consumo, embora não testada diretamente no inquérito.

A Hipótese 4 da pesquisa considerou que o uso prolongado e indiscriminado de antidepressivos pode provocar dependência, tolerância e alterações fisiológicas. A discussão de segurança aponta, para antidepressivos, efeitos adversos relevantes envolvendo peso/apetite, sono, função sexual e cognição, com incertezas sobre benefícios de longo prazo quando fatores desencadeadores não são abordados psicossocialmente, sustentando a necessidade de duração definida e reavaliações periódicas. O arcabouço de tolerância e dependência está mais claramente estabelecido para benzodiazepínicos, com recomendações de curto prazo devido a risco de tolerância, síndrome de abstinência e prejuízos cognitivos; para antidepressivos, há relatos de sintomas de descontinuação e potenciais efeitos físicos e funcionais, mas dependência no sentido clássico é debatida por classe e fármaco, exigindo precisão conceitual e farmacológica. Assim, a hipótese é parcialmente sustentada: alterações fisiológicas e síndromes de descontinuação são bem documentadas; tolerância/dependência precisam ser qualificadas por classe e contexto, evitando generalizações; status: parcialmente sustentada, com necessidade de delimitação por mecanismo e por fármaco.

A Hipótese 5 da pesquisa considerou que a automedicação e a falta de orientação profissional adequada favorecem o consumo excessivo desses medicamentos. A revisão destaca que mais da metade dos medicamentos pode ser prescrita, dispensada ou utilizada de forma incorreta e que a automedicação é prevalente no Brasil, aumentando riscos de interações, eventos adversos e uso irracional, sobretudo em psicotrópicos com impacto no SNC. O papel do farmacêutico em educação em saúde, triagem, orientação sobre armazenamento, adesão e identificação de sinais de uso indevido é central para quebrar esse ciclo e reduzir

danos, especialmente na APS e no balcão da farmácia comunitária. Considerando o aumento do consumo e os achados locais de alta procura por antipsicóticos atípicos e ISRS, a ausência de orientação robusta pode favorecer prolongamento e sobreposição terapêutica sem reavaliação; status: sustentada conceitualmente e pela literatura, sem medida direta na amostra, porém coerente com o cenário observado.

Os dados epidemiológicos e de mercado pós-pandemia convergem para aumento da demanda por psicotrópicos, em que fatores sociais e digitais ampliam a prevalência de sofrimento mental, enquanto o inquérito local evidencia uso expressivo de quetiapina e sertralina, com implicações de segurança e de uso racional na prática cotidiana. À luz das hipóteses: (i) interesses comerciais não foram mensurados e permanecem inconclusivos; (ii) fragilidades na dispensação e automedicação são riscos reconhecidos e pedem reforço regulatório e educativo; (iii) pressões sociais e digitais sustentam maior demanda; (iv) efeitos adversos e questões de descontinuação/tolerância exigem planos terapêuticos temporais claros; e (v) orientação farmacêutica contínua é vetor crítico para mitigar consumo irracional e iatrogenias.

5. CONCLUSÃO

A pesquisa confirmou que o consumo de psicotrópicos, especialmente antidepressivos e antipsicóticos atípicos, vem crescendo e que o uso prolongado e/ou indiscriminado acarreta riscos clínicos relevantes, o que exige reforço de estratégias de uso racional e seguimento multiprofissional contínuo. Em nível local, quetiapina e sertralina lideraram a demanda em drogarias de Iporá-GO, alinhando-se às tendências descritas na literatura e aos dados de mercado nacional, o que reforça a necessidade de planos terapêuticos com duração definida, reavaliações periódicas e educação em saúde para prevenir cronificação e iatrogenias associadas ao tratamento psicofarmacológico. À luz dos objetivos traçados, foram identificados os principais psicotrópicos consumidos por jovens e adultos, elencados fatores sociais e clínicos que pressionam a prescrição, analisados efeitos adversos centrais e discutida a interface prescrição–dispensação, alcançando-se o objetivo geral de demonstrar a elevação do consumo e os potenciais prejuízos à saúde física e mental decorrentes de uso excessivo.

Os achados sintetizados indicam que determinantes socioeconômicos (desemprego, precarização e ambientes laborais degradados) e digitais (uso intensivo de redes sociais e ecoansiedade em jovens) ampliam a prevalência de sofrimento psíquico e a procura por tratamento, frequentemente farmacológico, especialmente no pós-pandemia, cenário em que antidepressivos ocuparam lugar de destaque nas prescrições de atenção primária e no mercado brasileiro. Do ponto de vista de segurança, benzodiazepínicos mantêm utilidade clínica, porém seu uso crônico associa-se a tolerância, dependência, síndrome de abstinência, déficits cognitivos e maior risco de quedas, recomendando-se emprego de curto prazo; já em antidepressivos, evidenciam-se efeitos sobre peso/apetite, sono, função sexual e cognição, além de síndromes de descontinuação, o que demanda monitoramento estruturado e integração de intervenções psicossociais para abordar fatores desencadeadores e reduzir exposição desnecessária.

Quanto às hipóteses avaliadas, a relação direta entre prescrição excessiva e interesses comerciais não pôde ser comprovada no inquérito local, permanecendo plausível na literatura, porém inconclusiva diante da ausência de mensuração de vínculos e incentivos; por outro lado, a hipótese de que fragilidades na dispensação e a automedicação contribuem para uso irracional é sustentada normativamente pela Portaria SVS/MS 344/1998 e por evidências de práticas inadequadas de uso, embora sem evidência observacional direta nesta amostra. A pressão social por produtividade e padrões de sucesso, somada a estressores econômicos e digitais, mostra-se compatível com o aumento de quadros depressivos e a escalada de prescrições, enquanto os riscos de efeitos adversos e de descontinuação reforçam a necessidade de delimitação temporal, metas terapêuticas claras e desprescrição planejada quando apropriado.

Do ponto de vista prático, os resultados apontam recomendações prioritárias: fortalecer a triagem clínica e os critérios diagnósticos na atenção primária; qualificar a prescrição com planos de tratamento finitos, metas funcionais e reavaliações periódicas; instituir protocolos de educação em saúde e adesão, com ênfase em sinais de uso indevido, armazenamento adequado e manejo de efeitos adversos; e ampliar o papel clínico do farmacêutico na governança terapêutica, na validação técnica de prescrições controladas e na prevenção da automedicação. No eixo regulatório, é essencial assegurar a aderência à Portaria SVS/MS 344/1998 e ao receituário de controle especial, associando auditoria clínica e capacitação contínua de clínicos

gerais para reduzir prescrições inadequadas e aprimorar a rastreabilidade e a segurança do paciente.

Como limites, destacam-se a amostragem não probabilística e o caráter descritivo do inquérito em drogarias, sem mensuração direta de conflitos de interesse, dispensações sem receita ou desfechos clínicos de longo prazo, o que sugere cautela na inferência causal e necessidade de estudos analíticos adicionais. Pesquisas futuras devem integrar delineamentos longitudinais com dados clínicos e de farmacovigilância, avaliação de intervenções não farmacológicas combinadas, auditorias de prescrição e análise de padrões de dispensação, de modo a quantificar impacto de estratégias de desprescrição e de educação em saúde sobre segurança, qualidade de vida e produtividade. Em síntese, a consolidação do uso racional de psicotrópicos no SUS e na farmácia comunitária depende de integração multiprofissional, educação permanente e governança clínica, equilibrando efetividade e segurança em um contexto de demanda crescente por cuidado em saúde mental.

6. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Deisiane Rodrigues; ARAÚJO, Marley Rosana Melo de. Precarização do trabalho e prevalência de transtornos mentais em agentes penitenciários do Estado de Sergipe. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 10, n. 1, p. 19-30, jan./abr. 2018. doi: 10.20435/v10i1.456. Disponível em: <https://pssaucdb.emnuvens.com.br/pssa/article/download/456/pdf/2918>. Acesso em 24/10/2025.

ALI, Mostafa Abdel-Rahman Sayed; AMIRTHALINGAM, Palanisamy; VEERAMANI, Vinoth-Prabhu; ALASIRI, Abdulmajeed M.; ALSALIMI, Meshal N.; ALATAWI, Fahad; ALBALAWI, Mutlaq M. Prescribing patterns of psychotropic medications for common psychiatric disorders in a Mental Health Hospital in Tabuk. **Cureus**, v. 16, n. 2, e54927, 26 fev. 2024. DOI: 10.7759/cureus.54927. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10971419/pdf/cureus-0016-0000054927.pdf>. Acesso em 06/10/2025.

ALTUWAIRQI, Yasir. Trends and prevalence of psychotropic medication use in children and adolescents in the period between 2013 and 2023: a systematic review. **Cureus**, v. 16, n. 3, e55452, 03 mar. 2024. DOI: 10.7759/cureus.55452. Disponível em: https://assets.cureus.com/uploads/review_article/pdf/230457/20240403-9526-17154xb.pdf. Acesso em 06/10/2025.

BORGES, Tatiana Longo; MIASSO, Adriana Inocenti; VEDANA, Kelly Graziani Giacchero; TELLES FILHO, Paulo Celso Prado; HEGADOREN, Kathleen Mary. Prevalência do uso de psicotrópicos e fatores associados na atenção primária à saúde. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 28, n. 4, p. 344-349, 2015. doi: 10.1590/1982-0194201500058. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ape/a/CQCSPM6djQyyRhCcy3VhWHd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 24/10/2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância Sanitária. **Portaria nº 344**, de 12 de maio de 1998. Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344_12_05_1998_rep.html. Acesso em 24/10/2025.

CABRAL, Cleidiane Mares Costa; PEREIRA, Mônica Cecília Santana; COELHO, Viviane Amaral Toledo; LACERDA, Luiza Gobira; MENDES, Ronivaldo Ferreira. Consumo elevado de antidepressivos e suas motivações. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 1, 2020/01, p. 1-18. ISSN 2178-6925. Disponível em: <https://remunom.ojsbr.com/multidisciplinar/article/view/751/722>. Acesso em 06/10/2025.

CAIXETA, Leonardo; VARGAS, Ciro Mendes; NOGUEIRA, Yanley Lucio; BALDAÇARA, Leonardo; ALFAIA, Suzy Mara Maia dos Reis; RABAH, Arthur; CAIXETA, Victor de Melo. Quetiapina: 3 medicamentos em uma única molécula: uma breve revisão e atualização. **Debates em Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 1-20, 2023. DOI: 10.25118/2763-9037.2023.v13.1054. Disponível em: <https://revistardp.org.br/revista/article/view/1054/840>. Acesso em 06/10/2025.

CFF, Conselho Federal de Farmácia. Venda de antidepressivos e estabilizadores do humor aumentou 11% entre 2022 e 2023. **Conselho Federal de Farmácia**, publicado em 08/07/2024. Disponível em: <https://site.cff.org.br/noticia/Noticias-gerais/08/07/2024/venda-de-antidepressivos-e-estabilizadores-do-humor-aumentou-11-entre-2022-e-2023>. Acesso em: 24/10/2025.

COSTA, George Muniz Portela da; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Silva. Estudo das prescrições de psicotrópicos em uma farmácia da cidade de Sobral, Ceará, Brasil. **Infarma Ciências Farmacêuticas**, v. 29, ed. 1, p. 27-33, 2017. DOI: 10.14450/2318-9312.v29.e1.a2017.pp27-33. Disponível em: <https://cff.emnuvens.com.br/infarma/article/download/1834/pdf/6656>. Acesso em 06/10/2025.

DIAS, Cleidson de Souza; OLIVEIRA JÚNIOR, Paulo César Silva de; BARROS, Neuza Biguinati de; FRANCISCO, José. Os efeitos adversos do consumo a longo prazo dos benzodiazepínicos psicotrópicos em homens e mulheres idosos. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 9, n. 5, p. 17892-17907, maio 2023. DOI: 10.34117/bjdv9n5-227. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/download/60079/43419/145226>. Acesso em 06/10/2025.

DUARTE, Ludimilla Olímpio de Sousa. Uso prolongado de antidepressivos e o impacto na qualidade de vida dos usuários. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE**, São Paulo, v. 10, n. 12, p. 1422-1434, dez. 2024. DOI: 10.51891/rease.v10i12.16985. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/download/16985/9799/42369>. Acesso em 06/10/2025.

EQUIPE AFYA. Antidepressivos mais vendidos no Brasil em 2025: velija, fluoxetina, escitalopram, bupropiona e benzodiazepínicos: indicações e riscos. Publicado em 11/07/2023. **Afyá Educação Médica**. Disponível em: <https://educacaomedica.afya.com.br/blog/antidepressivos-mais-vendidos-no-brasil>. Acesso em 24/10/2025.

FOND, Guillaume; PAULY, Vanessa; BROUSSE, Yann; LLORCA, Pierre-Michel; CORTESE, Samuele; RAHMATI, Masoud; CORRELL, Christoph U.; GOSLING, Corentin J.; FORNARO, Michele; SOLMI, Marco; SMITH, Lee; VERONESE, Nicola; YON, Dong Keon; AUQUIER, Pascal; DUCLOS, Antoine; BOYER, Laurent. Mental health care utilization and prescription rates among children, adolescents, and young adults in France. **JAMA Network Open**, v. 8, n. 1, e2452789, 7 jan. 2025. DOI: 10.1001/jamanetworkopen.2024.52789. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/387807609_Mental_Health_Care_Utilization_and_Prescription_Rates_Among_Children_Adolescents_and_Young_Adults_in_France. Acesso em 06/10/2025.

GOMES, João Pedro Santos; RODRIGUES, Thiago Luis Gonçalves; SANTOS, Tiago Silva dos. A importância da informação acerca do uso racional de medicamentos psicotrópicos na adolescência. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE**, São Paulo, v. 9, n. 9, p. 2712-2722, set. 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i9.11361. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/download/11361/5054/19833>. Acesso em 06/10/2025.

HORA, Tainá Francisca Tavares da. Atenção farmacêutica: a prescrição farmacêutica como alternativa no combate à automedicação no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE**, São Paulo, v. 9, n. 6, p. 278-284, jun. 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i6.10133. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/download/10133/4068/15320>. Acesso em 06/10/2025.

JUNNA, Liina; MOUSTGAARD, Heta; MARTIKAINEN, Pekka. Current unemployment, unemployment history, and mental health: a fixed-effects model approach. **American Journal of Epidemiology**, v. 191, n. 8, p. 1459–1469, 2022. doi: 10.1093/aje/kwac077. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC9347014/pdf/kwac077.pdf>. Acesso em 24/10/2025.

KURKO, T.A.T.; SAASTAMOINEN, L.K.; TÄHKÄPÄÄ, S.; TUULIO-HENRIKSSON, A.; TAIMINEN, T.; TIIHONEN, J.; AIRAKSINEN, M.S.; HIETALA, J.. Long-term use of benzodiazepines: definitions, prevalence and usage patterns—a systematic review of register-based studies. **Eur Psychiatry**. 2015; 30(8): 1037–1047. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S092493381500173X?via%3DiHub>. Acesso em 24/10/2025.

OLIVEIRA, Júlia Raso Ferreira de; VARALLO, Fabiana Rossi; JIRÓN, Marcela; FERREIRA, Iahel Manon de Lima; SIANI-MORELLO, Manuela Roque; LOPES, Vinícius Detoni; PEREIRA, Leonardo Régis Leira. Descrição do consumo de

psicofármacos na atenção primária à saúde de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 1, e00060520, 2021. doi: 10.1590/0102-311X00060520. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Mv8fBLY6QZNKHnSfFg6DYPd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 24/10/2025.

ROSA, Joel de Sá; SOUZA, Josilaine Oliveira de; TEIXEIRA, Peterson Gonçalves; AZEVEDO, Mabel Lopes; NASCIMENTO, Crisóstomo Lima do. Felicidade fake: o impacto das redes sociais digitais na saúde mental. **InterSciencePlace – International Scientific Journal**, v. 20, art. 08, jan./dez. 2025. doi: 10.6020/1679-9844/v20a08. Disponível em: <https://www.interscienceplace.org/index.php/isp/article/download/896/300/1470>. Acesso em 24/10/2025.

SALGUEIRO, Tânia Raquel da Cruz. **Impacto da crise socioeconômica na saúde mental e no consumo de substâncias**. Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia – Psicologia da Educação, Desenvolvimento e Aconselhamento. Universidade de Coimbra, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Coimbra, 2013. Disponível em: <https://baes.uc.pt/bitstream/10316/25039/1/Tese%20Final.pdf>. Acesso em 06/10/2025.

TEIXEIRA, Débora Silva; FORTES, Sandra; KESTENBERG, Celia; Alves, Kali; CAMPOS, Mônica Rodrigues; OLIVEIRA-NETO, Alfredo; ORTEGA, Francisco; GARCÍA-CAMPAYO, Javier; DEMARZO, Marcelo. Improving patient-centered mental health promotion in primary care in vulnerable communities through mindfulness training in Rio de Janeiro, Brazil. **Frontiers in Medicine**, v. 11, e1356040, 25 jun. 2024. doi: 10.3389/fmed.2024.1356040. Disponível em: <https://public-pages-files-2025.frontiersin.org/journals/medicine/articles/10.3389/fmed.2024.1356040/pdf>. Acesso em 24/10/2025.

WHO, World Health Organization. **Depressive disorder (depression)**. Publicado em 25/08/2025. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/depression>. Acesso em 24/10/2025.